O DIREITO DE GANHAR A VIDA

José Benjamim de Lima

Na década de 90, século passado, no interior da França, o anão Manuel Wackenheim não conseguia emprego, devido a sua pequena estatura. Resolveu, então, inventar uma atividade para ganhar a vida. Vestia-se com capacete e roupas acolchoadas, com alças nas costas, e se colocava à disposição de frequentadores de bares e discotecas, para ser lançado por eles na direção de um colchão de ar. A diversão, conhecida como “lançamento do anão”, tornou-se logo muito popular na cidade. O prefeito do lugar resolveu proibir sua realização, alegando constituir distúrbio à ordem e à segurança e saúde públicas. Manuel recorreu a uma corte administrativa, conseguindo anular a proibição. Mas o prefeito, inconformado com a decisão da corte administrativa, apelou, então, para o Conselho de Estado francês, que acolheu o recurso, proibindo a prática do “lançamento do anão” sob o argumento de ser atentatória à dignidade humana.

Manuel, pequeno no tamanho, mas insistente na defesa do que julgava ser seu direito (ganhar a vida como lhe fosse possível), não se conformou com a decisão do Conselho de Estado francês e apresentou uma reclamação ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, sustentando que a proibição do Conselho de Estado francês é que afrontava sua dignidade, ao impedi-lo de trabalhar. E mais: violava sua liberdade e privacidade, além de configurar discriminação contra o nanismo. O Comitê das Nações Unidas, entretanto, não lhe deu razão, entendendo que não houvera discriminação e que a proibição da atividade se

baseara em critérios objetivos e razoáveis e não violava os direitos humanos.

O caso do anão arremessado envolve uma matéria relevante e polêmica que, provavelmente, jamais será resolvida satisfatoriamente pelo ser humano. Trata-se do conflito entre intervenção estatal no âmbito da vontade do indivíduo e a sua liberdade de se autodeterminar. Até que ponto a liberdade de ação ou de escolha do indivíduo pode ser limitada pelo Estado, em favor da coletividade ou em nome de algum valor socialmente perseguido? É legítimo ao Estado impor limites à conduta individual sob a alegação de estar protegendo o indivíduo de si mesmo (no caso de Manuel, proteger sua dignidade, mesmo contra a sua vontade)?

No estudo clássico “Sobre a Liberdade”, com argumentos ainda válidos e atuais, o filósofo John Stuart Mill considera que o único critério válido que justifica a interferência do Estado na liberdade de ação individual é impedir o dano a outrem. Nem mesmo o próprio bem do indivíduo, material ou moral, constitui justificativa suficiente para limitar sua liberdade, contra a sua vontade. “Para justificar a coação ou a penalidade – diz o filósofo -, faz-se mister que a conduta de que se quer desviá-lo tenha em mira causar um dano a outrem.”

Embora concorde em grande parte com as ideias de Stuart Mill, penso que há situações excepcionais que podem justificar a intervenção estatal na esfera de liberdade do indivíduo, até contra sua vontade, para proteger valores comunitários relevantes, que representem ganho civilizacional, ainda que a conduta individual não implique

em dano certo a terceiros. Mas nesse caso específico, minha opinião é que agiram em desacerto o Conselho de Estado francês e o Comitê das Nações Unidas ao negarem a Manuel o direito de trabalhar da forma pretendida, com base em suposta proteção da dignidade humana, qualidade moral cujo conteúdo é por demais controverso e indeterminado. Devemos ter em mente que há outras atividades humanas que poderiam ser vistas igualmente como atentatórias à dignidade humana e, nem por isso, deixam de ser aceitas como normais. Haverá atividade humana mais indigna do que o boxe, com duas pessoas se esmurrando numa arena, para divertimento sádico de alguns? Ou a prostituição, em que se vende o corpo? Ou os “reality shows” da atualidade, em que as pessoas escancaram despudoradamente a própria intimidade? Decididamente, a razão está com Manuel, e não com a hipócrita decisão dos Órgãos mencionados. (limajb48@gmail.com)

(Do livro *Porta Batendo o Vento* (crônicas – artigos – memórias). Maringá: Editora Viseu, 2023, pp. 102-104)